

Em defesa das “escolas do campo” em Lima Duarte: políticas públicas e educação do campo, as trajetórias e as estratégias adotadas para defesa das escolas do campo do município de Lima Duarte – Minas Gerais

In defense of the "rural schools" in Lima Duarte: public policies and rural education, the trajectories and strategies adopted for the defense of rural schools in the municipality of Lima Duarte - Minas Gerais

DOI:10.34117/bjdv6n7-764

Recebimento dos originais: 18/06/2020

Aceitação para publicação: 28/07/2020

Dileno Dustan Lucas de Souza

Doutor em educação

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

Rua José Lourenço Kelmer, s/n – Campus Universitário
Bairro São Pedro – CEP: 36036-900 – Juiz de Fora – MG
E-mail: dilenodustand@gmail.com

Simone da Silva Ribeiro

Doutor em educação

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

Rua José Lourenço Kelmer, s/n – Campus Universitário
Bairro São Pedro – CEP: 36036-900 – Juiz de Fora – MG
E-mail: simonerib@gmail.com

Welliton José Cunha de Souza

Mestre em Educação

Prof. Rede Estadual de Minas Gerais

Endereço: Rua Waldomiro Ferreira Delgado, 146, Centro, Lima Duarte - MG CEP 36140-000
E-mail: wellitongen@gmail.com

Beatriz Souza Barral

Mestre em Educação

Prof. Rede Estadual de Minas Gerais

Endereço: Rua Padre Pedro Nogueira 405/101, Cruzeiro, Lima Duarte - MG, CEP 36140-000
E-mail: bsbarral@gmail.com

Kalyan Oliveira

Graduando em engenharia - UFJF

Endereço: Rua Waldomiro Ferreira Delgado, 146, Centro, Lima Duarte - MG, CEP 36140-000
E-mail: kalyanoliveira@gmail.com

RESUMO

Este artigo foi escrito a partir dos estudos do grupo pesquisa TRAME (Trabalho, Movimentos Sociais Populares e Educação do Campo) da Faculdade de Educação da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora) realizados em Escolas do Campo, no município de Lima Duarte, MG. Os encontros feitos por este Grupo de Pesquisa no Município discutiu as políticas públicas em educação e, principalmente

a pujança da educação do campo no município. Este texto procurar discorrer os avanços e entraves que circunscrevem a viabilidade da educação do campo, ainda assim, para tanto tem como base teórica os estudos realizados nos encontros do grupo de pesquisa e como base empírica as visitas etnográficas feita nas escolas rurais de Lima Duarte. Em um primeiro momento, traz um breve diagnóstico dessa situação, levando em consideração a formação/conscientização de professores e alunos no sentido de perceberem as suas zonas rurais como campos de possibilidades e de resistência à ideologia capitalista, a institucionalização de uma cultura moderna, elitista, que nos explora, aliena e nos reduz a um modelo cultural fragmentado. Este projeto acompanhou o trabalho realizado por um grupo de professores atuantes, que valorizam o rural, e que mesmo quando a eles chegam políticas que não foram discutidas com a comunidade escolar, as reconstroem, possibilitando a construção de saberes que fazem sentido para a comunidade escolar. Nesse sentido, tem sido fundamental fortalecer a luta na defesa das escolas do campo, procurando articular/dialogar com suas comunidades, profissionais pedagógicos e gestores, da importância cultural/local destas escolas e suas territorialidades.

Palavras-chave: Educação do Campo, Políticas Públicas, Formação de professores

ABSTRACT

This article was written from the studies of the TRAME (Work, Popular Social Movements and Rural education) research group of the UFJF (Federal University of Juiz de Fora) School of Education held in Escolas do Campo, in the municipality of Lima Duarte, MG. The meetings held by this Research Group in the municipality discussed public policies on education and, especially, the strength of rural education in the municipality. This text seeks to discuss the advances and obstacles that circumscribe the viability of education in the countryside, even so, has as its theoretical basis the studies carried out in the meetings of the research group and as an empirical basis the ethnographic visits made to rural schools in Lima Duarte. In a first moment, it brings a brief diagnosis of this situation, taking into consideration the training/consciousness of teachers and students in order to perceive their rural areas as fields of possibilities and resistance to capitalist ideology, the institutionalization of a modern, elitist culture, which explores us, alienates us and reduces us to a fragmented cultural model. This project has accompanied the work done by a group of active teachers, who value the rural, and who even when policies that have not been discussed with the school community reach them, they rebuild them, enabling the construction of knowledge that makes sense for the school community. In this sense, it has been fundamental to strengthen the struggle in the defense of rural schools, seeking to articulate/dialogue with their communities, pedagogical professionals and managers, the cultural/local importance of these schools and their territorialities.

Keywords: Field Education, Public Policy, Teacher Training

1 INTRODUÇÃO

Há uma série de leis que regem a educação do campo e todas elas chamam a atenção para as especificidades das escolas do campo. No entanto, o que se verifica é que apesar dessas orientações, o que continua ocorrendo é o fechamento dessas escolas. No município de Lima Duarte iniciou-se um movimento em defesa das escolas do campo, em contraponto às políticas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação, cujo objetivo tem sido o de “centralizar” no espaço urbano essas escolas. Deste modo, enquanto cientistas sociais e educadores, temos percebido que é fundamental fortalecer ações contrárias a medida adotada pela Secretaria e conscientizar comunidades rurais, profissionais

e gestores da importância dessas escolas e suas territorialidades, enquanto espaços que mantêm a identidade e cultura local.

Ao se tratar da escola do campo, pensamos em educação do campo, considerando a territorialidade e a cultura ali presente, constrói-se uma visão diferente sobre o rural, não o considera arcaico e atrasado, e sim um espaço de pluralidade, de tradição e formação cultural. Espaço este que se traduz como um meio complementar e fundamental ao urbano, base de subsistência econômica, política e social para o homem da cidade, que por sinal, possui fortes raízes alicerçadas com o campo, principalmente no que tange às pequenas cidades, como é o caso de Lima Duarte.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 nos cumprimenta em seu artigo 1º que a educação abrange processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. E ainda aponta que a educação escolar deverá vincular-se à prática social.

A instituição das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo publicada em 2002¹ orienta para a ótica do direito, do respeito à diversidade e da qualidade educacional oferecida aos brasileiros, propõe medidas de adequação da escola à vida do campo. Nos parágrafos destas diretrizes lê-se sobre o reconhecimento do poder público de gerir de forma diferenciada a escola do campo, reconhecendo a temporalidade e os saberes próprios dos estudantes destas áreas, dos movimentos sociais ligados à terra que buscam soluções para as questões das desigualdades do nosso país. Norteia para que as experiências e estudos sejam direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

Assim, a história da educação em meio rural no Brasil se estabelece, ora na ausência de políticas educacionais, ora na implementação de “pacotes” sem vínculo com a realidade e com o contexto local do campo, evidenciando assim a realidade urbanocêntrica² da sociedade, que se efetivou nas políticas governamentais positivistas, com o objetivo de “modernizar” e levar o país ao “progresso” pela educação, estendendo a escolarização burguesa para as camadas médias e pobres da sociedade. E apesar de todo aparato legal, percebemos que a situação educacional contém uma enorme fragilidade entre teoria e prática, efetivando-se assim as desigualdades econômicas, a estratificação social nas zonas rurais de nosso país: muito êxodo/expulsão rural e falta de investimento

¹ Resolução CNE/CEB nº1, de 03/04/2002

² Etnocentrismo: conceito antropológico que explica as atitudes de atribuição de valores a culturas, colocando-as em uma hierarquia, sendo a cultura de maior valor a que ocupa a posição central, é o não respeito à diversidade cultural. Os sociólogos se esforçam para evitar o etnocentrismo. Urbanocêntrico é atribuir maior valor a cultura urbana quando relacionada à cultura rural.

por parte dos órgãos públicos que preferem nuclear³ as escolas destes territórios nos distritos ou pólos urbanos, acarretando o fechamento de inúmeras escolas (KREMER, 2007).

2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A discussão sobre a Educação do campo surge em momentos em que os povos do campo, acirram as reivindicações de seus direitos, de modo que tendem a superar a dicotomia campo/cidade. Dessa forma, a marginalização que o campo vem sofrendo tende a florescer à cultura de silenciamento, “esquecimento” e desinteresse pelo campo, suas práticas e experiências.

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações de sociedade humana (BRASIL, 2001, p. 1).

A escola do e no campo é um ponto de referência na vida social das comunidades rurais. Ela se constitui o cerne dessas comunidades, e se fecha ou se centraliza em um espaço urbano, o sentimento da comunidade onde ela estava inserida é de abandono. É fundamental mostrar a importância de uma educação para o campo que ajude a comunidade, os profissionais e os gestores municipais a entenderem a importância deste local, de sua conservação e sua geração de renda. Assim como a importância de se estabelecer parcerias com as demais instituições: a escola não é feita para ser uma instituição enclaustrada só na teoria, mas é o que na maior parte das vezes ocorre e com isto o universo da aprendizagem fica sem sentido prático, isolado e entediante. Faz-se necessário aglutinar forças transformadoras e geradoras de conhecimento provenientes da junção teoria e prática desenvolvida pela comunidade escolar e seus respectivos alunos. No caso da educação do campo advinda dos moradores locais, transmitindo saberes e até ritos culturais, sociais e econômicos, formando uma troca entre todos daquele ambiente.

Ao longo dos últimos dez anos a discussão sobre a educação do campo encontrou avanços junto ao poder público federal. No entanto, ainda é de suma importância ações que contribuam para que essas estratégias se tornem mais reais e se revertam em resultados favoráveis para as comunidades rurais, no sentido de preservar/transmitir suas práticas e costumes. Recentemente, em 2015, o governo de Minas Gerais assinou as Diretrizes para a Educação Básica nas escolas do campo de Minas Gerais⁴, com programas e verbas específicas para as escolas rurais. Demonstrando a preocupação do governo

³ É o processo de organizar o ensino no meio rural em escolas-núcleo, este processo se contrapõe às escolas multisseriadas.

⁴ RESOLUÇÃO SEE Nº 2820, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

estadual de dialogar com a população do campo para buscar ações de acordo com as realidades apresentadas, nestas diretrizes são contemplados os temas de formação de professores, transporte e alimentação escolar. No entanto, os avanços nas legislações específicas da educação do campo não são fruto do olhar caridoso e atento dos órgãos governamentais, essas políticas públicas vêm das lutas dos movimentos sociais do campo, são frutos da organização da população do campo que traz esta discussão para a pauta política atual.

Falta ao município de Lima Duarte se reconhecer como um município rural, cuja economia gira em torno do produtor rural e tratarmos os cidadãos das zonas rurais com o respeito que lhes é devido, enxergando o campo como um lugar de possibilidades e não uma extensão da zona urbana. Cabe ao poder executivo da cidade, enquanto gestor das políticas públicas, assinar convênios que valorize a educação do campo, a fim de buscar o desenvolvimento sustentável e formas efetivas de impedir o êxodo rural, criando inclusive programas que valorize a agricultura familiar e o turismo rural no município, haja vista a presença aqui de um Parque Estadual, o de Ibitipoca, próximo inclusive aos povoados do entorno de São Domingos da Bocaina. A educação pode vir a contribuir na efetivação destas políticas.

3 AS ESCOLAS DO CAMPO DE LIMA DUARTE

Verifica-se que no ano de 2016 o município de Lima Duarte conta com três escolas legalmente reconhecidas pelo poder público municipal e estadual como do campo: Escola Municipal Francisco Augusto de Oliveira (localizada em São Domingos da Bocaina), a Escola Municipal Coronel José de Salles (situada na comunidade de Orvalho) e a Escola Estadual Tiago Delgado (presente na comunidade de Manejo).

As escolas localizadas nas zonas rurais e a escola da periferia urbana não participaram de todas as avaliações externas dos anos de 2005 a 2013. Esses são os anos que os diagnósticos já se encontram disponíveis no site do INEP (2016). Então, uma outra análise, mais recente, que tangencia os processos de aprendizados nas principais áreas de ensino; linguagem e ciência matemática, baseada nestes dados oficiais, fica comprometida.

De forma curiosa percebe-se que o ano de 2007 foi o que teve maior aderência a essa avaliação. Seus resultados possibilitam visualizar que a escola com o maior índice foi a Escola Estadual Tiago Delgado, de zona rural, com uma média bem superior as demais (5,4), seguida de outra Escola Municipal rural Padre Carlos (4,8), que apesar de estar fora da sede do município, na comunidade de Conceição do Ibitipoca, não é considerada como escola do campo. A outra Escola Municipal, localizada em zona rural, Francisco Augusto de Oliveira fica com a média mais baixa (3,7), igualando-se a média de outras escolas da sede do município.

Então, analisando apenas este ano de 2007, verificamos que não há motivos para se fechar escolas de zona rural baseados em argumentos como índices de baixo desempenho educacional. É necessário maior empreendimento do setor municipal que pensar em políticas e projetos mais oportunos a estes estudantes, considerando todo o desgaste que enfrentam cotidianamente para se deslocarem para a escola, se faz jus ainda que articulem estratégias de aprendizado levando em conta as realidades vivenciadas por esses docentes, tal como propôs Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido*.

4 A EDUCAÇÃO EM SÃO DOMINGOS DA BOCAINA

Antes de falar sobre a educação, precisamos contextualizar a comunidade de São Domingos da Bocaina que é um distrito de Lima Duarte, um Município localizado dentro do Estado de Minas Gerais.

No que diz respeito à educação, em São Domingos da Bocaina situa-se a Escola Municipal Francisco Augusto de Oliveira, que desde 2015, foi considerada escola do campo no registro do Educacenso/MEC, a escola busca aproximar-se das diretrizes operacionais da educação para o campo com projetos que se aproximem da realidade dos alunos. Nesses últimos anos, várias ações têm sido desempenhadas para fortalecer e discutir a educação do campo, sendo essas ações pensadas junto com os “povos da terra”. No atual plano de educação que nos regerá até 2024 (Lei 13.005, de 25 de junho de 2014), estão previstas dezenove estratégias educacionais para atender as especificidades, assegurando a equidade educacional e a diversidade cultural das populações do campo.

A partir das estratégias propostas pelo PME⁵, acreditamos ser possível a construção de um projeto político pedagógico voltado para região, atendendo as demandas de cada comunidade e pensar um currículo voltado para valorização das mulheres, dos homens e das crianças do campo, capaz de ser ferramenta de uma escola que tenha em sua comunidade a referência central do saber, sem perder de vistas conteúdos que lhes auxiliem nesse processo de rigor e conceitual para o fortalecimento da comunidade.

A Escola Municipal Francisco Augusto de Oliveira desenvolveu um projeto sobre a água e esse projeto envolve trabalhos dentro e fora das salas de aula procurando abarcar as famílias buscando a conscientização do uso sustentável da água. Bem como cuidados com as nascentes e sua preservação. A escola realizou, com os alunos do ensino médio, o projeto Tenda Cultural. Resgatando fotos da comunidade, histórias e valorização do saber local.

⁵ Plano Municipal de Educação de Lima Duarte - MG.

Assim, percebemos que, o que a escola, de um modo geral pretende valorizar os saberes locais, fazer o resgate cultural do patrimônio material e imaterial, repensar o currículo escolar, incentivar ações empreendedoras com a comunidade, repensar o enorme plantio do eucalipto na região, fortalecendo o trabalho comunitário via associação de moradores e estabelecer parcerias com a UFJF, Sindicato dos produtores Rurais para oficinas, EMATER, IEF, Sindicato dos trabalhadores rurais e secretaria municipal de educação.

5 CONCLUSÃO

Atenta-se que em Lima Duarte a demanda por escolas do campo não estão ligadas a um movimento social ligado à terra, como visualizamos em outros lugares, ela ocorre a partir de legislações específicas, mas cabe ressaltar que tais legislações foram inclusas graças a ações e pressões destes movimentos, como o caso do Movimento Sem Terra (MST). Profissionais em educação, por terem suas raízes no campo se apropriam destas informações e passam a cobrar do poder executivo municipal um olhar diferenciado para estas escolas e contam inclusive com a participação de pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora que oferece subsídios conceituais e teóricos para a defesa tais escolas e ajudam a pensar um projeto político pedagógico atrelado às suas especificidades.

A escola do e no campo é um ponto de referência para a vida social das comunidades rurais. Ela se constitui o cerne dessas comunidades, e se a escola é fechada, acaba ou se transfere, o sentimento da comunidade onde ela estava inserida é de abandono ou de alienação. É fundamental mostrar a importância de uma educação para o campo que ajude a comunidade, os profissionais e os gestores municipais a entenderem a importância deste local, de sua conservação e seu potencial de geração de renda. Assim como a importância de se estabelecer parcerias com as demais instituições: a escola não é feita para ser uma instituição enclaustrada só na teoria, mas é o que na maior parte das vezes ocorre e com isto o universo da aprendizagem fica sem sentido prático, isolado e entediante. Estas parcerias são vitais para as Escolas do Campo, quanto mais envolvida esta estiver nos problemas da sua comunidade e quanto maior forem o seu sentido e consciência de existir, ela se constituirá como uma instituição não só social, mas também política no lugar em que estiver inserida (KOLLING, NERY, MOLINA, 1999).

Não há políticas públicas no município que incentive o jovem a permanecer no campo, e a escola atual estimula e potencializa a vontade de ir para um centro urbano, através de um discurso de modernidade, de formação universitária e de carreiras distantes da realidade rural. Assim é oportuno o questionamento e reflexões que tem sido levado por professores que pretendem pensar filosófica, sociológica, histórica e politicamente esta realidade, a dicotomia e mesmo a sobreposição do urbano na

relação com o rural e a autonomia conferida à população que reside nos campos: Qual o discurso dos professores que fazem os alunos acreditarem que na cidade terão uma vida melhor, com mais dignidade, dinheiro e empregos mais leves?

Destarte, reforça aqui a importância do fortalecimento de políticas públicas voltadas para a educação do campo, com o intuito de se tornar pertinente e fundamental as práticas alicerçadas à cultura do campo a fim de manter a conservação destas comunidades rurais. Como aponta Freire (2011):

A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos. (p.41)

A educação do campo reivindica para estes cidadãos o direito à educação de qualidade para que possam ser mais, mais respeitados, mais dignos, mais livres, mais sábios, mais sustentáveis, mais possibilidades de recriar suas vidas. Para que o campo se torne um lugar de orgulho, de realização e prosperidade.

REFERÊNCIAS

BORDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996. BRASIL.

Lei Orgânica do Ensino Secundário. Decreto-lei nº 4.244, de 08 de abril de 1942.

_____. Plano Nacional de Educação – Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm Acesso: 26 de set. 2016.

_____. Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: Acesso: 26 set. 2016

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: Acesso: 26 set. 2016.

DELGADO, Alexandre. Memória histórica sobre a cidade de Lima Duarte e seu município. Disponível em: Acesso em: 29 set. 2016. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP/MEC). Censo escolar 2008. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/basicacenso>>. Acesso: 14 de set. 2016.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão; MOLINA, Mônica C. (orgs.). Por Uma Educação do Campo (Memória). Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília (vol. 1), 1999.

KREMER, Adriana. (2007) Debulhando a Pinha: Educação, desenraizamento e o processo dos sujeitos do campo no município de Bom Retiro/SC. Dissertação de Mestrado Defendida no Programa de Pós- graduação em educação do UNIPLAC/SC, 2007. Disponível em: Acesso em: 29 set. 2016.